

FEMINISMO E POLÍTICA PÚBLICA

Maria Antonia Cardoso Nascimento*

RESUMO

Análise dos rebatimentos do feminismo em um albergue para mulheres em Belém do Pará. A comunicação inicia-se com uma breve exposição das correntes feministas. Em seguida resgata-se a trajetória do movimento de mulheres e de entidades feministas no estado. Os limites teóricos e político da ação cotidiana no albergue concluem a comunicação.

Palavras chave: Feminismo; política pública; mulheres.

ABSTRACT

This paper makes an analysis of the impact of feminism in an hospice for women in Belém/Pará. Communication starts with a brief explanation of the feminist currents. Then, it is reviewed the trajectory of the women's movement and feminist entities in the state of Pará. The theoretical and political limit of the day-by-day action in this hospice concludes the communication.

Key – Word : Feminism; public politics; women.

1 INTRODUÇÃO

Os estudos de caso sobre políticas públicas e a incorporação de gênero na agenda governamental brasileira têm salientado que existe uma tendência na maioria dos governos locais de incluírem mulheres como público alvo, seja em ações focalizadas ou em projetos e programas governamentais de maior abrangência. Os estudos também destacam que esse reconhecimento é resultado da conexão entre o avanço teórico e da militância política das mulheres.

Esta comunicação produto de uma pesquisa realizada em um albergue para mulheres vítimas da violência doméstica em Belém do Pará no ano de 2006 pretende contribuir na expansão de estudos que têm como foco a análise de políticas públicas na ótica de gênero, mulheres e feminismos e suas intersecções com os recortes de classe, raça/etnia, geração e sexualidade desenvolvidas por governos subnacionais no Brasil.

2 CORRENTES DO MOVIMENTO FEMINISTA

O potencial de sedição das mulheres é antigo, confirmando a afirmação de Schaff (1986) de que os sujeitos não são *aparelhos registradores passivos* e que, no limite, são capazes de resistir a estruturas normativas contrárias a seus desejos e aspirações.

* Assistente Social. Professora Doutora do Departamento de Fundamentos de Serviço Social da UFPA.

Desde a Revolução Francesa, no século XVIII, que existe registros de lutas esparsas das mulheres por direitos de cidadania diante da situação de não cidadãs que se encontravam.

Todavia a sistematização e organicidade das lutas das mulheres iniciaram no final do século XIX ganhando densidade do século XX com o movimento sufragista na Europa e Estados Unidos, *construindo a primeira vaga de feminismo organizado no mundo*. (Pinto, 2003, p.13). Segundo Jurkewik (apud Gomáriz, 1992), o termo feminismo procede do vocábulo *feminisme* de *feme*, mulher. É de origem francesa e seu uso remonta ao início do século XIX para indicar a defesa das mulheres e seus direitos.

O feminismo como expressão das mulheres de resistirem ao poder de dominação dos homens e serem reconhecidas como cidadãs não é homogêneo. Saffioti (1987) e Pinto (2005) ao procederem a um resgate histórico dos movimentos feministas no Brasil chama atenção para a heterogeneidade do feminismo.

Adverte Saffioti:

Em nenhum país do mundo pode-se falar de feminismo no singular. Obviamente, deixam-se de lado aqui os países socialistas, onde o termo feminismo representa uma conotação reacionária e, portanto, anti-revolucionária, cujas razões não cabe expor e analisar neste ensaio. Nas democracias liberal-burguesas, os enfoques da problemática feminina refletem não apenas posições de classe muito específicas. Múltiplas taxionomias de abordagens da questão da mulher podem ser construídas, dependendo da perspectiva teórico-metodológica assumida pelo autor. (SAFFIOTI, 1987, p. 105).

A referida autora ao conceber os Estados Unidos como o país irradiado das idéias feministas e antifeministas no século XX apresenta quatro correntes do movimento feminista: conservador, liberal, marxista e radical.

O feminismo conservador restringe a discussão às tensões que existem nas relações entre homens e mulheres, compreendidas como resultantes da dominação do sexo masculino sobre o feminino, prescindindo de uma contextualização histórica, econômica, social, política e cultural.

Tal postura inspira-se em conceitos reacionários e freudianos ao focalizar o sexismo como desigualdade natural, cujo princípio está na naturalização da inferioridade social feminina a partir da diferenciação biológica dos sexos. Dessa forma, contribui para a reiteração da dominação masculina.

O feminismo liberal tem como ancora a ideologia liberal burguesa que se orienta pela igualdade formal dos direitos. Segundo Saffioti, ele tem como referencial teórico às teorias seiscentistas e setentistas do Contrato Social atribuindo a opressão feminina às desigualdades entre homens e mulheres nos domínios dos direitos civis e das oportunidades educacionais. A luta pelo voto feminino e, principalmente as reivindicações por direitos individuais são conquistas dessa tendência.

O feminismo radical caracteriza-se pela negação das idéias de diferenças sexuais biologicamente definidas atribuindo a família heterossexual à desigualdade entre os sexos, propondo sua erradicação. Esta perspectiva, segundo Pinto tem mais dificuldade de manter-se organizado por levantar questões difíceis de serem aceitas pela organização social vigente.

O feminismo marxista inspira-se no legado marxiano, e principalmente nos textos de Engels sobre a condição da mulher na sociedade de classe. O pressuposto de que a objetividade dos conflitos de classe extrapola a luta específica das mulheres faz com que muitas feministas proponham a diluição do particular nas lutas coletivas dos trabalhadores.

Para Moraes (1996), o feminismo no Brasil desenvolve-se especialmente entre grupos de esquerda, liderados por mulheres com experiências políticas nos partidos comunistas e socialistas. Castro tem salientado a dimensão *utópica* do feminismo socialista assinalando que as correntes de cunho marxista:

Sugere que tal movimento social possa vir a contribuir para remodelar princípios e estratégias, para uma esquerda humanista, libertária – ‘classista’ e ‘movimentista’ (Therborn, 1995) – ou seja, com a flexibilidade dos movimentos sociais, o reconhecimento da luta de classe e a primazia dos e das proletárias – entendidos como os sem propriedades - em um projeto de norte revolucionário, socialista. (CASTRO, 2000, p. 39).

A autora em trabalho anterior (1997) alerta para o crescimento na América Latina da institucionalização e instrumentalização de agências do movimento de mulheres pelo campo hegemônico capitalista, dispersando e diluindo a potencialidade do feminismo como força de esquerda fazendo a crítica ao tratamento dado por muitos marxistas as injunções de sexo e raça/etnia, propondo o exame da realidade social pela articulação do gênero, raça/etnia e idade na classe social.

3 O FEMINISMO NO PARÁ

A atuação das mulheres paraenses na busca pelo reconhecimento dos direitos vem acompanhando a trajetória dos movimentos de mulheres em nível nacional. O debate sobre a necessidade de discutir a especificidade feminina está presente desde a década de 1980 - cenário das grandes manifestações de resistência contra as empresas que invadiam o campo e a cidade da Amazônia, com destaque para os conflitos de terra no Pará.

A organização local atravessou o movimento de academia (NASCIMENTO, 2000), na medida em que se constituíram vários grupos autônomos de mulheres bem como

grupos de estudos e pesquisa sobre identidade feminina e trabalhadora das fábricas de Belém e Manaus¹, bem como as condições de vida das mulheres rurais e das prostitutas.

No período de 1982 a 1987 emerge o Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade (MMCC), a União de Mulheres e o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM), que tinha como objetivo torna-se um canal institucional com o poder público, isto é, articular os movimentos autônomos de mulheres com o Estado. Registra-se também neste período a criação do Coletivo Feminista Disperso de Mulheres como resultado do I Congresso de Mulheres do Campo e da Cidade, em 1985.

A década de 1990 inicia com a discussão sobre a implantação das delegacias especializadas de mulheres², sendo a primeira implantada em Belém. Expandem-se também as organizações na área rural. Assim, na região Sudeste do estado foi criada a Coordenação das Mulheres do Sudeste do Pará; na região da Transamazônica, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Altamira (MMTA); na região do Baixo Amazonas, o Movimento das Domésticas e a Associação das Organizações das Mulheres Trabalhadoras do Baixo Amazonas (AOTM-BAM).

Em Belém foi criados o Grupo de Prostitutas da Área Central de Belém (GEPAC), o Movimento das Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB), o Movimento Articulado de Mulheres do Estado do Pará (MAMEP) e o Movimento de Mulheres do Bairro do Tapanã. Todas essas organizações têm atuado em parceria com outras entidades envolvidas na luta pela universalização dos direitos na focalização.

O nível de politização e amadurecimento do feminismo no Pará e particularmente em Belém pode ser observado ainda na instituição da *Marcha das Mulheres*³, que acontece em Belém por ocasião das comemorações do dia Internacional da Mulher e que tem reunido um expressivo número de mulheres do campo e da cidade numa pauta que coloca em xeque a política neoliberal e seus desdobramentos para a classe trabalhadora destacando a feminização da pobreza ou de pauperização das mulheres e seus rebatimentos em famílias monoparentais chefiadas por elas.

Por reivindicação do movimento social das mulheres, o CMDM transformou-se desde 1993 em Conselho Municipal da Condição Feminina (CMCF), que articulado com o Conselho Estadual da Mulher (CEM) tem como atribuição: propor e acompanhar as políticas públicas sob a ótica de gênero, como a criação e a concepção política do Albergue Emanuelle Rendeiro Diniz.

¹Belém até a década de 1990 reunia um grande contingente de operárias empregadas nas fábricas de palmito e, principalmente de castanha, que constituíam o parque industrial da cidade. Já em Manaus a inserção de operárias estava vinculada ao Parque Industrial produtor de eletro-eletrônico, conhecido como Zona Franca de Manaus.

²Existe no Pará dez delegacias localizadas nos municípios Pólos de Altamira, Belém, Breves, Castanhal, Itaituba, Marabá, Paragominas, Santarém, Redenção e Tucuruí.

³A *Marcha das Mulheres* é um evento internacional surgido no bojo da organização do Fórum Social Mundial expressando a nova configuração dos movimentos sociais contemporâneos.

4 O ALBERGUE EMANUELLE DINIZ E O DESAFIO DO FEMINISMO CRÍTICO.

A despeito do nível de organização das mulheres paraense em geral, e do belenense em particular, os dados estatísticas sobre a violação dos direitos dessas brasileiras atestam que o crescimento da violência doméstica tem se expressado como um dos principais indicadores que obstaculizam a realização dos direitos humanos das mulheres.

A constatação dessa realidade pelo movimento social das mulheres desde a década de 1980 fez com que uma das reivindicações principais colocadas pelas entidades ao poder público estatal fosse a criação de espaços que pudessem acolher as vítimas da violência de gênero, como as casas-abrigo, já existentes em alguns estados brasileiros.

Todavia a reivindicação apenas foi concretizada em março de 1997⁴ durante a primeira gestão do governo do Partido dos Trabalhadores em Belém, que implantou o Albergue Emanuelle Diniz incorporando na política governamental do município uma demanda antiga do movimento organizado das mulheres.

O Decreto de criação do Albergue inicialmente atrelava o mesmo a Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos, decisão que foi revogada após as manifestações contrárias do movimento social de mulheres, por entenderem que a violência contra elas não poderia ficar centralizada num viés jurídico e policial. Passando a gerência do Albergue a Fundação Municipal de Assistência Papa João XXIII (FUNPAPA).

O Albergue que no período de 1997 até 2005 acolheu 422 mulheres - sendo 363 incidentes, 33 reincidentes e 26 caracterizadas como demanda não específica-, tem como concepção teórica e política imprimir uma ação pautada num feminismo que enfrente as múltiplas injunções da violência contra as mulheres.

Neste sentido o Termo de Referência do Albergue faz alusão a proposta metodológica, que vem sendo defendida nos últimos anos por muitas intelectuais feministas, ou seja, a articulação da classe, gênero, raça/etnia e geração, que como já observamos alhures pode ser considerada como um feminismo que recolhe em certa medida o legado marxiano ao tentar dar conta de uma leitura mais próxima da totalidade histórica.

Não obstante, os resultados da pesquisa realizada observam que o limite institucional de uma política governamental que ainda não vislumbra claramente conteúdo e forma e a postura da mulher vítima de agressão física e psicológica, que exige uma resolução imediata para a sua situação, inviabilizam a qualidade da proposta política de enfrentamento dos determinantes da violência contra mulheres.

⁴Dados da Secretaria de Segurança do Estado do Pará comprovam que em 1998 as denúncias contra a violência de gênero somavam um total de 31.431.

Das injunções presente no Termo de Referência apenas o gênero é tematizado aparecendo frequentemente nas atividades de capacitação, nos permitindo inferir que embora ele comporte a dimensão relacional; deslocando o foco da análise da mulher dominada para grupos e/ou sociedades localizadas e datadas em que homens e mulheres vivem e se relacionam de forma específicas e particulares. O uso da categoria isolada fragiliza uma abordagem múltipla da questão examinada se aproximando de uma atuação feminista liberal.

5 CONCLUSÃO

A reflexão possibilitada com a pesquisa sobre Feminismo e Política Governamental em Belém chama atenção para a importância de estudos que examinem como está sendo viabilizada a incorporação do gênero e de outras injunções relegadas no processo de investigação sobre a desigualdade brasileira.

As considerações sobre os limites da política não secundarizam sua relevância, pelo contrário, oferecem subsídios para contribuir no avanço das propostas de política pública que estão tentando pensar e operacionalizar ações que se contraponham à concepção liberal de uma igualdade que cada vez mais se torna ilusória, na medida que a desigualdade não tem sido enfrentada pela raiz, ou seja, na permanência do legado patriarcal, do racismo e da segregação de classe.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Mary Garcia. Feminismos e Feminismos na América Latina. Reflexões à Esquerda. **Revista Sociedade e Estado**. Rio de Janeiro, Vol. 12, n 2, p309 – 326. Jul – dez, 1997.

_____. Possibilidades do Feminismo em Frente de Esquerda contra o Neoliberalismo na América Latina – Notas, **Revista Brasil Revolucionário**, São Paulo, p.38 – 41, n 26, nov-dez, 1999 e Jan-Fev, 2000.

JURKEWKICZ, Regina Soares. **Gênero e sagrado**. [s.l; s.n].

MORAES, Maria Lygia Quartim. **Marxismo e feminismo no Brasil**. Campinas; Unicamp. 1996.

NASCIMENTO, Maria Antonia Cardoso. **Crianças e adolescentes**: a temática da imbricação classe, gênero, raça/etnia e geração nos programas sociais de Belém. 2000. 300f. São Paulo. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós-graduação da PUC-SP, São Paulo, 2000.

PINTO, Celi Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo. Fundação Perseu Abramo. 2003.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Feminismos e seus frutos no Brasil. In: SADER, Emir (org.). **Movimentos sociais na transição democrática**. São Paulo, Cortez. 1987.